

Simpósio Temático: Pioneiros da Habitação Social no Brasil

As transformações, do espaço doméstico e a contribuição do trabalho feminino na modernização da sociedade brasileira.

Ana Paula Koury

Doutora pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Docente do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu.

Elaine Pereira da Silva

Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Engenharia de São Carlos e Arquiteta da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Resumo

O presente estudo relaciona as transformações do espaço doméstico com a gradativa introdução da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Do ponto de vista da arquitetura isso significou a reorganização do espaço doméstico e a coletivização das funções tradicionais da moradia. Os espaços privados das casas tradicionais destinados ao “serviço”, isto é à lavagem e à secagem de roupas, é excluído nas modernas unidades habitacionais. Equipamentos coletivos como a lavanderia substitui esta função em vários dos novos conjuntos produzidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões. As dimensões e a organização do espaço doméstico também se modificam substantivamente. A antiga cozinha concebida como um cômodo espaçoso capaz de reunir toda a extensa família em um contexto doméstico extra-produtivo passa a ser projetada com toda a racionalidade organizativa de um sistema industrial, destinado à suprir as necessidades básicas do núcleo familiar restrito. O processo de armazenamento, lavagem, cocção de alimentos, distribuição das refeições e lavagem de louças, alcança a máxima produtividade do trabalho feminino doméstico. As reduzidas cozinhas frankfurtianas também foram introduzidas nos conjuntos modernos realizados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Além das transformações do espaço doméstico, alojamentos específicos destinados às trabalhadoras solteiras retiravam as jovens do seu contexto familiar original, possivelmente rural e as inseria em unidades individuais ou coletivas onde absorveriam, através da ação de assistentes sociais, os novos valores que as adequariam ao mercado de trabalho. Ambientes ao mesmo tempo cristãos e modernos que salvaguardariam os valores morais colocados em risco pelo o novo papel feminino na sociedade.

Palavras-chave: arquitetura moderna brasileira, transformação do espaço doméstico, trabalho feminino.

Abstract

This study relates domestic space changes to the gradual introduction of women in the Brazilian labor market. From architecture's point of view, that meant reorganizing the domestic space and collectivizing traditional home functions. Traditional homes' private rooms for "service", i.e. clothes washing and drying, are eliminated from modern housing units. Collective equipment as the laundry room replaces this function in many of the new housing projects built by the Institutes of Retirement and Pensioning (Institutos de Aposentadoria e Pensões). The dimensions and organization of domestic space changes considerably as well. The old kitchen conceived as a spacious room, which gathers the whole family in an extra productive domestic context, is then designed with all organizational rationality of an industrial system, intended to address basic needs of the reduced households. Storing, washing, cooking, mealtimes and washing up achieve maximum efficiency in women's domestic chores. The reduced Frankfurt kitchens were also introduced in modern housing projects constructed by the Institutes of Retirement and Pensioning.

Apart from the domestic space changes, specific hostels for single women workers took them from their original familiar context, possibly the countryside, and placed them in individual or collective units where, probably because of social workers' action, they incorporated new values that shaped them to the labor market. They consisted in places that were both Christian and modern and that cherished moral values compromised due to the new role played by women in society.

Key words: brasilian modern architecture, domestic space changes, women labor

As transformações, do espaço doméstico e, da contribuição do trabalho feminino na modernização da sociedade brasileira.

O espaço doméstico da casa brasileira foi abordado por LEMOS (1976, 1985) que relaciona as transformações da sociedade através da transformação, principalmente do espaço destinado ao serviço doméstico. O autor verifica na oferta de uma nova tipologia para as classes urbanas de maior renda, o apartamento, mais moderno e adequado à crescente urbanização do país, a manutenção de espaços tradicionais resíduos de nosso passado escravista. Os espaços de serviço segregados, com entradas independentes e às vezes até elevadores separados e a presença quase obrigatória de dependências para empregados domésticos, foram os principais aspectos relatados. Elementos que, segundo o autor, não eram comuns nos modelos originais, europeus desta tipologia habitacional urbana.

“Até hoje não se tolera o único acesso à cozinha através da sala (...). No subconsciente, a criada ainda é a escrava de presença desagradável. O seu quartinho abrindo porta para o terraço do tanque de lavagens ainda é a senzala. O programa em si ainda satisfaz a classe média pois é completo e nele todas as funções estão incluídas quase sem superposições.” (LEMOS, 1976, p. 164)

Por outro lado o autor analisa a casa operária auto-construída, buscando ali um “tipo popular brasileiro” de moradia, capaz de responder às necessidades de morar mais pertinentes ao nosso meio social. O material considerado provém de uma pesquisa realizada nos anos de 1970-1971 em bairros clandestinos na periferia da cidade de São Paulo e revela a preferência da população entrevistada por casas em oposição aos apartamentos, e a importância do quintal e da cozinha, esta última quase sempre com grandes dimensões, como locais que concentram a produção da vida dos trabalhadores. O preparo de alimentos muitas vezes plantados e criados no quintal, incluíam possivelmente, o abate, a limpeza e a pré-lavagem, no caso das carnes por exemplo. A presença de máquinas de costura para reparo e mesmo produção de peças de vestuário e uma série de outros trabalhos vinculados a “subsistência” que em uma sociedade desenvolvida já estavam plenamente considerados como itens de consumo dentro da divisão do trabalho nas sociedades urbanas.

Há, portanto, nas duas tipologias urbanas de habitação analisadas por Lemos a sobrevivência de aspectos rurais de uma sociedade com passado escravista, em

uma sociedade industrial moderna e subdesenvolvida. Os modelos de conjuntos habitacionais modernos propostos no período de Vargas e Dutra, promovidos pelos IAPs, irão refletir, a diversidade e a complexidade da “classe de operários urbanos” em formação. Por um lado as unidades destinadas às categorias funcionais de maior renda reproduzem espacialmente os hábitos e valores das classes médias urbanas, com unidades maiores, devidamente setorizadas, como descreveu Lemos, com circulações sociais e de serviço discriminadas e, muitas vezes, com dependências de empregados. Por outro lado os conjuntos nas periferias das grandes cidades destinados às categorias funcionais de menor renda e que não se caracterizavam naqueles anos, como classes médias. Nestes casos foi que houve o maior conflito entre os padrões rurais de subsistência dos operários e o modo de vida moderno implícito nestes conjuntos. As lavanderias coletivas somadas a exigüidade dos espaços de serviço dentro das unidades conotava uma tal formalização das relações sociais e da divisão social do trabalho que o Brasil dos anos 40 e 50 ainda não estava próximo. Muito embora os conjuntos fossem dotados de creches, escolas, serviço social, centros de abastecimento, espaços livres para o lazer, isso não era o suficiente para a superação de todos os vínculos rurais que garantiam ao trabalhador a sua subsistência no meio urbano.

Entre os elementos que mais se transformaram no padrão moderno de habitação oferecido pela promoção do Estado neste período, foram os espaços destinados ao serviço doméstico. As lavanderias coletivas e as cozinhas mínimas com espaços funcionais planejados para o desenvolvimento taylorista da atividade de cozinhar, ambicionavam, nas sociedades desenvolvidas, que tendiam ao pleno emprego, liberar a mulher das funções domésticas incorporando-as como mão de obra no setor produtivo.

LEMOS (1976) conclui seu trabalho comemorando o dia em que haverá de fato a emancipação completa do trabalho escravo em nossa sociedade. Prevê que a função das empregadas domésticas, herdeiras do lugar social das mucamas e dos escravos domésticos, condenadas às novas formas de segregação e confinamento nas tipologias urbanas atuais, seriam substituídas por máquinas e equipamentos e que estariam, no futuro, mais confortáveis em suas próprias casas com conforto e dignidade. Talvez a primeira parte da afirmação de Lemos esteja em processo de

grande transformação, mas provavelmente estas mulheres estarão provando de um novo tipo de submissão no “mercado de trabalho”.

Além das transformações do espaço doméstico, alojamentos específicos destinados às trabalhadoras solteiras retiravam as jovens do seu contexto familiar original, possivelmente rural e as inseria em unidades individuais ou coletivas onde absorveriam, através da ação de assistentes sociais, os novos valores que as adequariam ao mercado de trabalho. Ambientes ao mesmo tempo cristãos e modernos que salvaguardariam os valores morais colocados em risco pelo o novo papel feminino na sociedade. Analisaremos em seguida a arquitetura moderna proposta nesta tipologia específica e os desdobramentos da relação entre a arquitetura moderna e o problema de gênero.

O conjunto Casa da Bancária, de Carlos Azevedo Leão

O conjunto Casa da Bancária, de Carlos Azevedo Leão, pode ser considerado um excelente exemplar de arquitetura moderna brasileira: um prisma retangular suspenso do solo através de pilotis, faixas contínuas de janelas, planta e fachadas independentes da modulação estrutural, aproveitamento coletivo do pavimento de cobertura. um verdadeiro exemplo da aplicação dos princípios postulados por Le Corbusier na década de vinte para garantir a racionalidade do projeto do alojamento coletivo, principal problema urbano ao qual se dedicaram a primeira geração de arquitetos modernos reunidos desde 1928 em torno dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM.

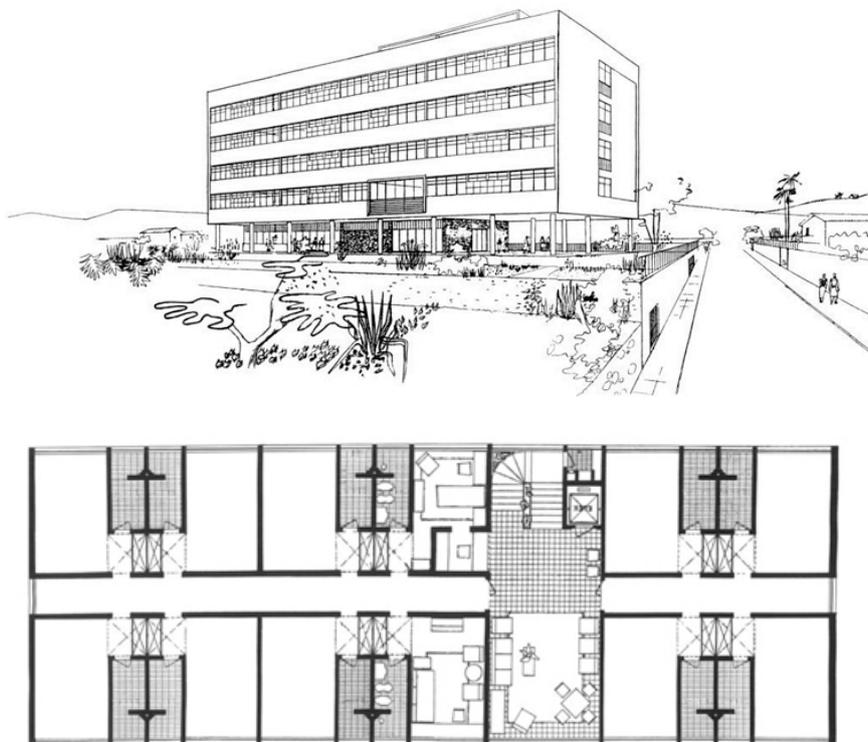


Fig. 1 e 2 Casa da Bancária- perspectiva e planta do projeto original de Carlos Leão para o IAPB. Acervo Grupo Pesquisa INSS – Rio de Janeiro, Irajá.

O conjunto foi construído no ano daquele que pode ser considerado o último dos congressos modernos realizado em 1956, em Dubrovnick (Croácia) quando a primeira liderança dos CIAM já havia se afastado da direção dos congressos e os novos líderes deveriam assumir a grandiosa tarefa de preparar a “Charte de L’Habitat” que nas palavras de Giedion “(...) especificaria as relações espaciais do indivíduo dentro da **família**, levando em consideração o ciclo da vida humana, suas **relações com a comunidade**, sua necessidade de tranqüilidade e isolamento, sua necessidade de contato com a natureza.” (GIEDION, 2000, 725)

As relações do homem com o seu habitat natural e social pressupostas nos manifestos, textos e projetos da arquitetura moderna e do urbanismo racionalista, transformaram-se intensamente no segundo pós guerra na Europa, abalando a confiança nas intervenções justificadas por preceitos técnico-científicos para a solução dos problemas urbanos. Assume neste momento de dissidência dos CIAM uma nova visão hegemônica de que a cidade tradicional abriga uma diversidade de relações sociais responsável pela qualidade do habitat urbano. Portanto, a sua organização

através da separação das funções sociais em zonas especializadas e da sua ligação por um sistema hierarquizado de vias comprometeria a qualidade de vida mais do que solucionaria os problemas da aglomeração populacional na cidade tradicional europeia.

A realidade urbana brasileira encontrava-se muito longe daquela que caracterizava as relações sociais na “cidade tradicional” europeia à começar pela dificuldade em se estabelecer instituições capazes de fundar uma sociedade liberal no ambiente originário de uma economia patriarcal.

A perspectiva de superação das desigualdades sociais através da instituição de um estado burocrático, e de uma estrutura administrativa meritória, limitando os privilégios das velhas oligarquias rurais e das condenações do trabalho escravo eram transformações compreendidas no projeto de desenvolvimento industrial e na política de amparo aos trabalhadores urbanos que caracterizou a ação do estado no governo de Vargas.

Para os arquitetos engajados com o problema da modernização do país isso significou uma grande oportunidade de implementação de novos padrões de alojamento e de acesso a equipamentos, garantindo um standard social mínimo para os trabalhadores. Neste sentido podemos interpretar o engajamento dos arquitetos modernos que irão compor o quadro técnico e político do estado varguista e que imprimirão a marca das vanguardas modernas às ações do novo governo iniciado em 1930. Do mesmo modo carregarão em seus projetos de arquitetura as marcas das contradições que possibilitaram a predominância deste projeto político.

Lúcio Costa representa mais do que nenhum outro arquiteto nacional esta possibilidade de conciliação do passado colonial com uma nova sociedade moderna. A unidade estética, proposta pela sua arquitetura, que aliava elementos da tradição colonial ibérica aos princípios racionalistas do movimento moderno internacional, simbolizava a reorganização histórica do passado colonial, atribuindo-lhe o estatuto de origem de uma nação moderna recém-inaugurada, afastando a determinação do atraso social. Esta relação de Costa era parte do programa do movimento modernista brasileiro, afirmado pela semana de Arte Moderna em 1922 e de seu envolvimento com a cultura popular. A harmonização dos opostos – presente e passado, internacionalismo e localismo – forneceu ao Estado recém-implantado uma identidade

ao mesmo tempo modernizadora e conciliatória, representada nas políticas do novo governo para o desenvolvimento do país.

A atuação de Carlos Leão¹ na chefia da carteira imobiliária do IAPB

Carlos Leão (1906-1983) formou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1931, ano em que ocorreu a acirrada disputa entre José Mariano Filho e Lúcio Costa na direção da instituição. Fez parte da equipe de estudantes que apoiou Costa. O processo de disputa que uniu mestre e discípulos foi, na interpretação de Bruand (BRUAND, 1991, p.74), fundamental para a maturação de um movimento consistente que iria posteriormente caracterizar a arquitetura moderna brasileira. O marco histórico desta hegemonia foi o concurso para a sede do Ministério de Educação e Saúde Pública no Rio de Janeiro realizado em 1935. Apesar da decisão do júri, Costa é convidado diretamente pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema à conduzir o projeto final. Reúne uma equipe formada pelos autores dos demais projetos modernos preteridos no mesmo concurso originando assim a equipe inicial, composta por Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão e Jorge Machado Moreira à qual se agregaram posteriormente Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer.

Entre os dois episódios paradigmáticos da história da arquitetura moderna no Brasil nos quais Leão esteve presente, destaca-se ainda a sua colaboração na empresa de Costa e Warchavchik durante dois anos (1932-1934) e sua passagem pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), logo após sua participação no projeto do Ministério de Educação e Saúde Pública. Foi portanto protagonista do grupo ativo na renovação da arquitetura brasileira ao qual Bruand identifica vários de seus colegas (BRUAND, 1991, p. 76). Estes arquitetos se empenharão no projeto de modernização do Estado empreendido por Vargas e com este compromisso irão dirigir os postos para os quais serão convocados. Carlos Leão ocupa o cargo de Chefe da carteira imobiliária do IAPB em 1940, durante o Estado Novo até 1957, logo após a inauguração do conjunto Casa da Bancária, quando se aposenta.

¹ Para uma apresentação geral da carreira de Carlos Leão como arquiteto ver CZAJKOWSKI (1993)

Sua atuação dentro do Instituto deve ser compreendida a partir de seu compromisso com a introdução da arquitetura moderna no Brasil e com a renovação dos padrões de alojamento dos conjuntos realizados pelo IAPB. Convidando profissionais competentes e dedicados a mesma causa, o IAPB dirigido por Carlos Leão edificou edifícios altos nos centros de muitas cidades, sendo em alguns casos, nas cidades menores o primeiro edifício alto, indicando da chegada do progresso e da modernização que se contraporiam à predominância rural. Cidades do interior paulista como Ribeirão Preto ou capitais do nordeste como João Pessoa (Paraíba) foram marcadas por importantes exemplos de arquitetura moderna, citando apenas dois exemplos.



Fig. 3 Perspectiva publicada na abertura do artigo “Edifício em Ribeirão Preto” da revista Acrópole de fevereiro de 1958. Projeto de Oswaldo Corrêa Gonçalves, Rubens Carneiro e Ricardo Sievers.

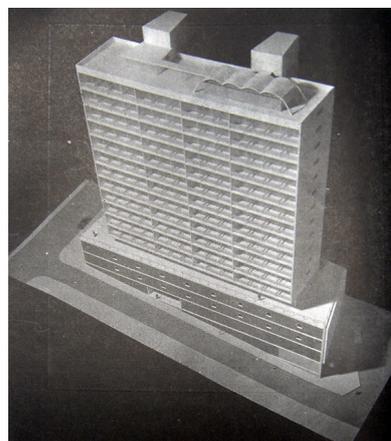


Fig. 4 Maquete do edifício sede do IAPB em João Pessoa, (Revista dos Bancários de jan. fev. de 1958). O projeto de Ulysses Burlamaqui, teve grande impacto na modernização da capital paraibana.

As vicissitudes do conjunto Casa da Bancária

O projeto do conjunto é realizado no ano de 1953 mas sua inauguração só ocorre em 1957, o período compreende o último ano de Vargas na presidência da República e o primeiro ano de Juscelino Kubitschek empossado em 1956. Juscelino dá continuidade ao projeto de Vargas estimulando o desenvolvimento econômico industrial pela ação do estado. Embora haja continuidade o período entre o suicídio de Vargas em 1954 e a posse de Juscelino é turbulento, marcado por uma acirrada oposição da UDN à continuidade do getulismo trabalhista representado principalmente pela presença de João Goulart como vice-presidente da república.



Fig. 5 Discurso do presidente Enos Sadok de Sá Motta na inauguração do conjunto Casa da Bancária. Ao centro da foto estão a placa com os créditos da obra, à esquerda D. Lucianita Braen e à direita o comandante Alberto Motta representantes da primeira dama do país e do Presidente da República, respectivamente. Revista dos Bancários ago/out 1958, p. 23.

Como assinalado anteriormente a modernização cultural e arquitetônica no Brasil enfrentou a ambigüidade do projeto nacional varguista, que assegura um grande espaço institucional para a arquitetura moderna, mas não afasta os setores conservadores e tradicionais. A possibilidade de predominância do projeto de modernização do estado fundamenta-se na incorporação de uma vertente conservadora que imprime limites, atuando no sentido contrário às transformações radicais pressupostas em vários projetos de arquitetura. No campo das políticas habitacionais a adoção dos padrões modernos de alojamento operário reflete a disputa entre conservadores e progressistas. Os primeiros encontram na defesa do alojamento individual a reprodução de seu conjunto de valores representado pelo isolamento dos grupos familiares e pelo apego aos valores da propriedade privada em oposição à

organização coletiva defendida pelos segundo, facilitada pelos grandes blocos que representavam uma conscientização política de classes sociais.

O caso do IAPB, não foge à regra dos demais institutos. Com uma produção habitacional predominantemente organizada em blocos coletivos, era dirigido por um protagonista do movimento moderno, empenhado em imprimir os padrões de alojamento mínimo e de sua organização comunitária na agenda da política habitacional brasileira. Desse modo, poderíamos pensar que o que estava em curso seria a ampliação de um programa habitacional progressista, o que de fato não ocorreu.

A predominância dos blocos coletivos significou um crescente apego à simplificação do programa habitacional comprometendo sua caracterização inicial em conjuntos com tipologias habitacionais variadas e equipamentos sociais de suporte. A política habitacional foi sendo gradativamente transformada em uma questão técnica empenhada na solvência de indicadores quantitativos, perdendo sua razão inicial, ainda que ambígua, de amparo à organização das classes trabalhadoras.

O programa específico para as mulheres solteiras: o discurso oficial e a emancipação do gênero.

O alojamento específico para homens solteiros em locais segregados das unidades familiares não se constitui em uma novidade e foi previsto em alguns conjuntos habitacionais dos institutos. O programa não mereceu destaques ou justificativas por parte dos órgãos promotores. O mesmo não se aplica aos alojamentos específicos para as mulheres solteiras, como foi o caso do bloco destinado à bancárias solteiras inaugurado em 1957, destacado pela Revista dos Bancários pela inovação que representou (Revista dos Bancários agosto–outubro, 1958, pp. 21–5). O fato é mencionado pelo então Ministro do Trabalho Fernando Nóbrega em seu discurso no ato de inauguração do conjunto.

*“O Sr. Fernando Nóbrega falou a seguir para louvar a iniciativa, que veio preencher uma **lacuna** que de há muito se fazia sentir no setor assistencial da autarquia e, após, os presentes percorreram demoradamente as instalações da*

Casa da Bancária, enquanto o Sr. Enos Sadok explicava detalhes.” (Idem pp. 25)



Fig. 6 O Presidente Enos Sadok de Sá Motta examina as instalações da Casa da Bancária, acompanhado por D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e outras personalidades. Revista dos Bancários agosto–outubro, 1958, pp. 25.

A lacuna à qual refere-se o Sr. Fernando Nóbrega é o programa de alojamento destinado às mulheres solteiras que estavam sendo cada vez mais recrutadas no seio das famílias para o trabalho remunerado fora do lar, principalmente nos setores comercial e de serviços, localizados nos centros urbanos em expansão.

Com este mesmo programa o escritório de Marcelo Roberto, Milton Roberto e Maurício Roberto realiza para o IAPC o projeto da Casa da Comerciaría. Maior e mais equipado do que aquele empreendido pelo IAPB, mas que não chegou a ser

construído. O projeto destaca-se pelo desenvolvimento sugestivo dos espaços destinado ao sexo feminino.

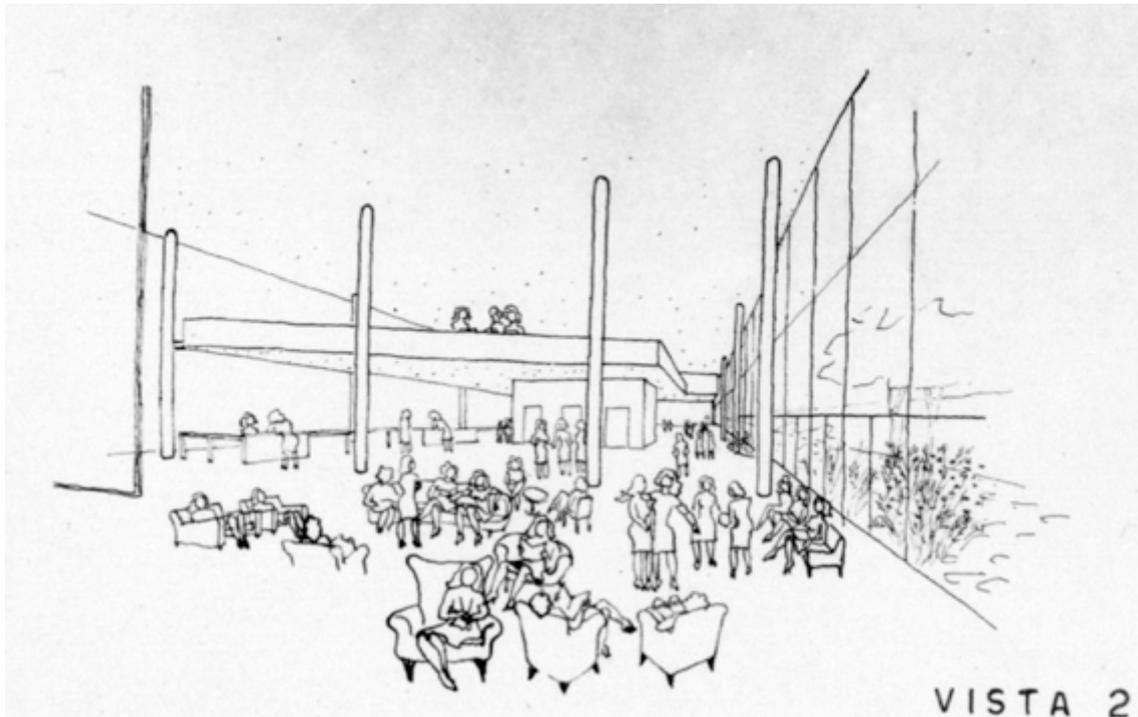


Fig.7 Casa da Comerciária -perspectiva do salão principal. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

O terreno aonde foi implantado o projeto é um lote retangular com em acentuado aclave, o que sugeriu uma implantação escalonada do projeto. Um volume com nove pavimentos foi destacado do solo e disposto sobre uma base com a altura de dois pavimentos, o térreo pelo qual se acessa a rua, e a sobreloja. Nesta base, a entrada do conjunto é marcada por um volume protuberante coberto por telhado “borboleta”. Uma marquise longilínea protege o percurso do usuário desde o alinhamento do lote até a entrada do salão principal.



Fig.8 Casa da Comerciária -maquete do edifício. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

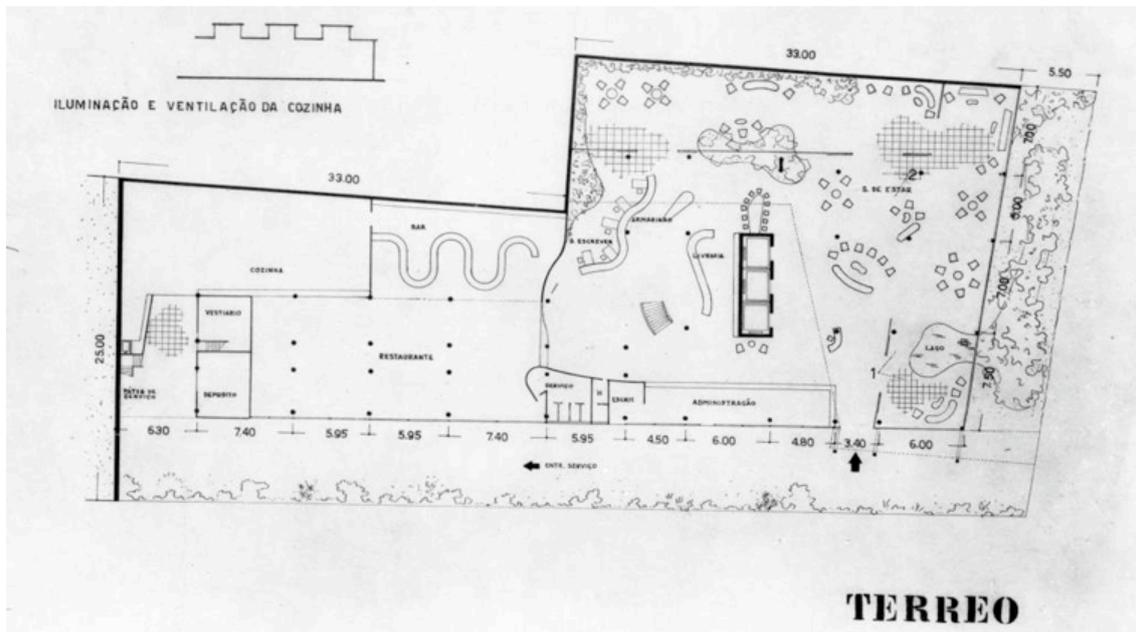


Fig. 9 Casa da Comerciária - pavimento térreo. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

Ao ingressar no edifício a comerciária depara-se com este grande salão principal mobiliado com vários núcleos de convivência que definem espaços de estar e outros mais especializados identificados como “livraria”, “armarinho” e “sala de escrever”. Materiais variados conferem ao ambiente interno grande interesse. Alvenarias contrapostas a planos de vidro e elementos vazados em vários formatos aparecem nas representações deste ambiente, que abriga também um lago adornado com plantas aquáticas e um busto de mulher, provavelmente uma homenagem dos arquitetos às trabalhadoras. Neste mesmo pavimento encontram-se ainda um bar com um balcão extenso e sinuoso, o restaurante coletivo, a cozinha e uma pequena área administrativa.

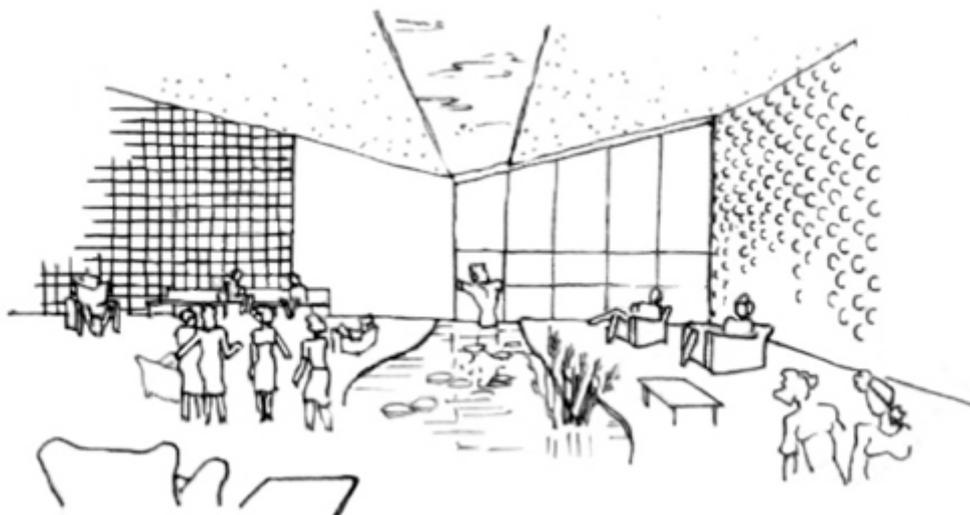
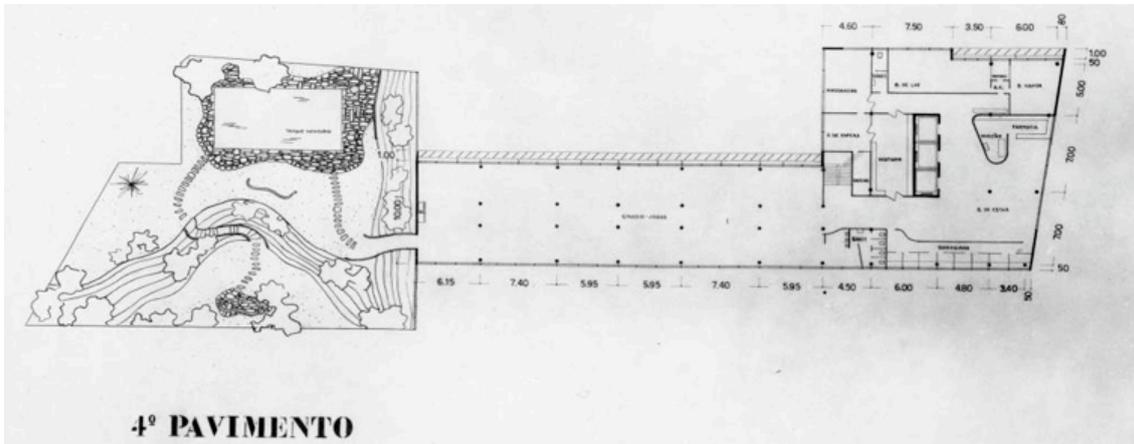


Fig. 10 Casa da Comerciária – perspectiva do salão principal. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

Na sobreloja o programa surpreende novamente por prever mais um grande espaço de estar integrado a um salão de beleza, equipamento específico de um programa elaborado para o sexo feminino. Ainda constam na sobreloja um pequeno depósito para armarinhos e livros, uma rouparia com área de secagem ao ar livre e o alojamento da administradora do conjunto.

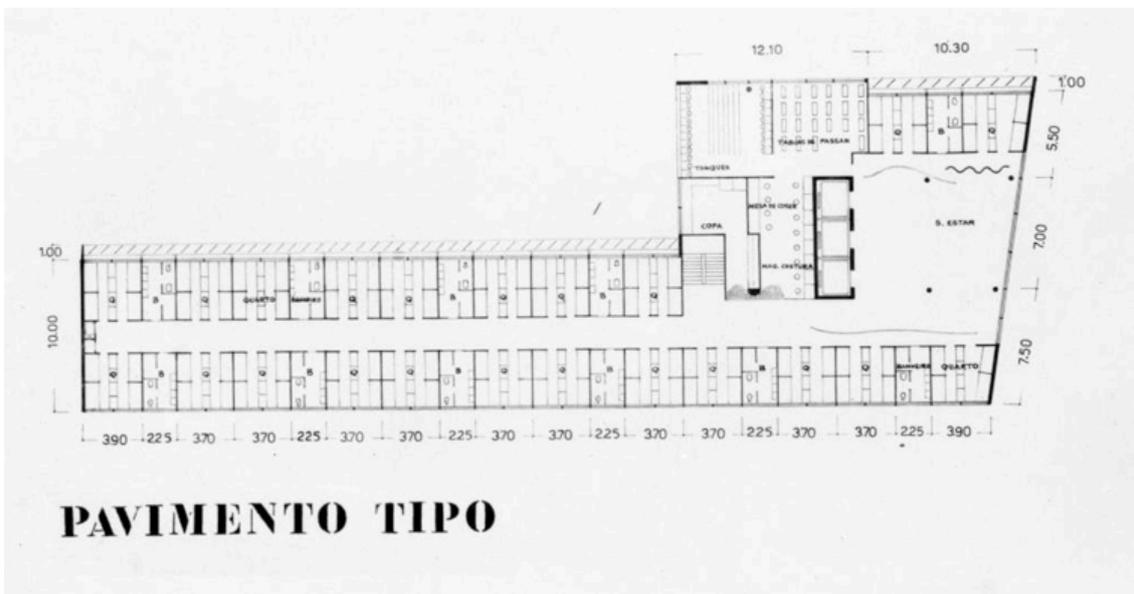
Os nove pavimentos do volume acima da sobreloja contêm oito repetições do pavimento tipo, destinado ao alojamento das comerciárias e mais um pavimento destinado ao lazer. Ginásio para jogos, uma sala de banhos contendo banheiras, local para banho de vapor, sala para banho de luzes, sala de massagens e uma pequena farmácia. Localizado no quarto andar do edifício, este pavimento alcança o nível do fundo do lote aonde uma piscina para natação ao ar livre complementa o conjunto esportivo abrigado no corpo do edifício.



4º PAVIMENTO

Fig. 11 Casa da Comerciária – quarto pavimento. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

Os oito pavimentos tipo abrigam ao todo 704 comerciárias, 88 por pavimento. Cada pavimento possui 22 quartos cada um deles com 4 camas. Cada 2 quartos é servido por um banheiro, composto por 4 cubas e 2 cabines, uma para banho e outra contendo bacia e bidê. Cada pavimento tipo também possui seus próprios equipamentos coletivos como sala de estar comum, lavanderia com 21 tanques, área para passar roupa com 22 tábuas, área para costura com previsão de máquinas e uma copa para refeições rápidas.



PAVIMENTO TIPO

Fig. 12 Casa da Comerciária – pavimento tipo. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

Na cobertura foi prevista uma enfermaria com 20 leitos e uma área destinada à plantonista. Tanto os ambientes coletivos quanto os ambientes privativos foram representados pelos arquitetos em desenhos sugestivos. Na sala de estar coletiva observam-se mulheres conversando animadamente, outras abraçadas, algumas mulheres lendo confortavelmente e outras tricotando recatadamente. A cabine da enfermaria foi representada vazia e podemos conferir as suas dimensões, os equipamentos que possui e a cortina que isola cada cabine do corredor de passagem. O quarto da comerciária ao contrário, é representado partindo de um curioso ponto de vista, localizado um pouco acima da altura do rodapé de onde se vê os pés-palito do mobiliário moderno e sobre a cama ao lado esquerdo da imagem nossa protagonista, a comerciária, espreitada vestindo um pé de suas meias listadas sentada sobre a cama.

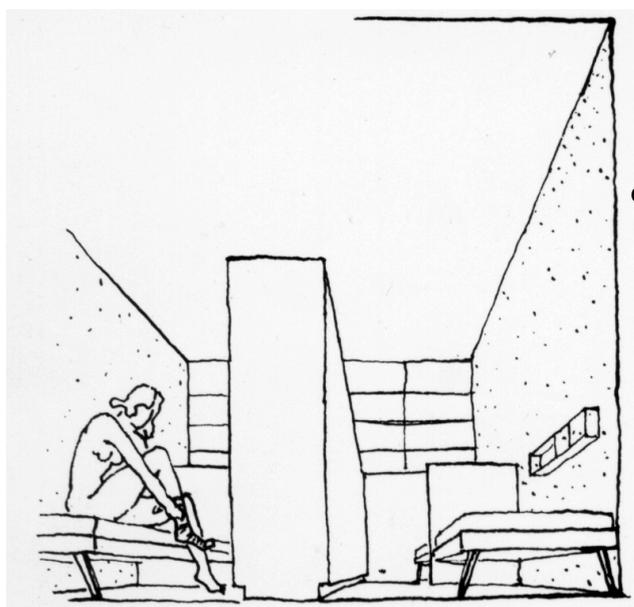


Fig. 13 e 14 Casa da Comerciária – perspectiva da cabine de enfermagem e perspectiva do dormitório. Projeto do escritório dos Irmãos Roberto para o IAPC, não construído. Original arquivo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro pesquisa de Flávia Brito do Nascimento, 2005.

A introdução da mulher no mercado de trabalho embora representasse um importante contingente de oferta de mão de obra na economia brasileira em expansão, a natureza feminina carregava consigo também um grande apelo, ao qual sucumbiu o desenhista quando representou o quarto da comerciária. Sendo assim, o programa para as mulheres solteiras vem acompanhado de um forte apelo moral e católico, como podemos observar no discurso do presidente do IAPB, Sr. Enos Sadok que precedeu o do Sr. Fernando Nóbrega durante a solenidade de inauguração do Conjunto Casa da Bancária projetado por Carlos Leão.

"O presidente Enos Sadok usou da palavra para dizer dos propósitos do IAPB de proporcionar à bancária solteira e sem família, mediante módica contribuição, um ambiente cristão e confortável, que possa suprir a falta de um lar verdadeiro." (Revista dos Bancários agosto–outubro, 1958, pp. 25)

De fato, o conjunto do IAPB, muito mais modesto previa a instalação de apenas 50 bancárias. O bloco também implantado em um terreno com forte aclive possui o volume com as unidades suspenso do terreno, implantado sobre uma base formada pelos equipamentos coletivos. As unidades foram distribuídas em 4 pavimentos, cada apartamento individual possui um banheiro privativo, somando 16 m² ao todo. Posteriormente as unidades foram adaptadas para mais de uma ocupante. Uma única sala de estar comum aos 4 pavimentos fica localizada logo no primeiro, em frente ao apartamento destinado à zeladora.

No subsolo funcionavam a lavanderia coletiva, a cozinha industrial, o refeitório e uma central de telefone. No térreo o jardim e uma capela. Os equipamentos instalados representam a coletivização do plano familiar ausente na unidade, são escassos os espaços de reunião e não há a expressa valorização do convívio coletivo como ocorre na profusão de equipamentos para o relaxamento e a beleza projetados para servir as 704 comerciárias. O tamanho reduzido do conjunto das bancárias, as células individuais e a presença da capela indicam o predomínio dos valores morais do individualismo, do recato e do recolhimento interior.

A representação da unidade também expressa esta orientação, a perspectiva na altura da metade do pé direito do ambiente permite conferir a arrumação do quarto, os objetos zelosamente dispostos nas prateleiras, as almofadas agrupadas

simetricamente e um vaso de planta bem cuidado, tudo organizado à semelhança de um verdadeiro lar.

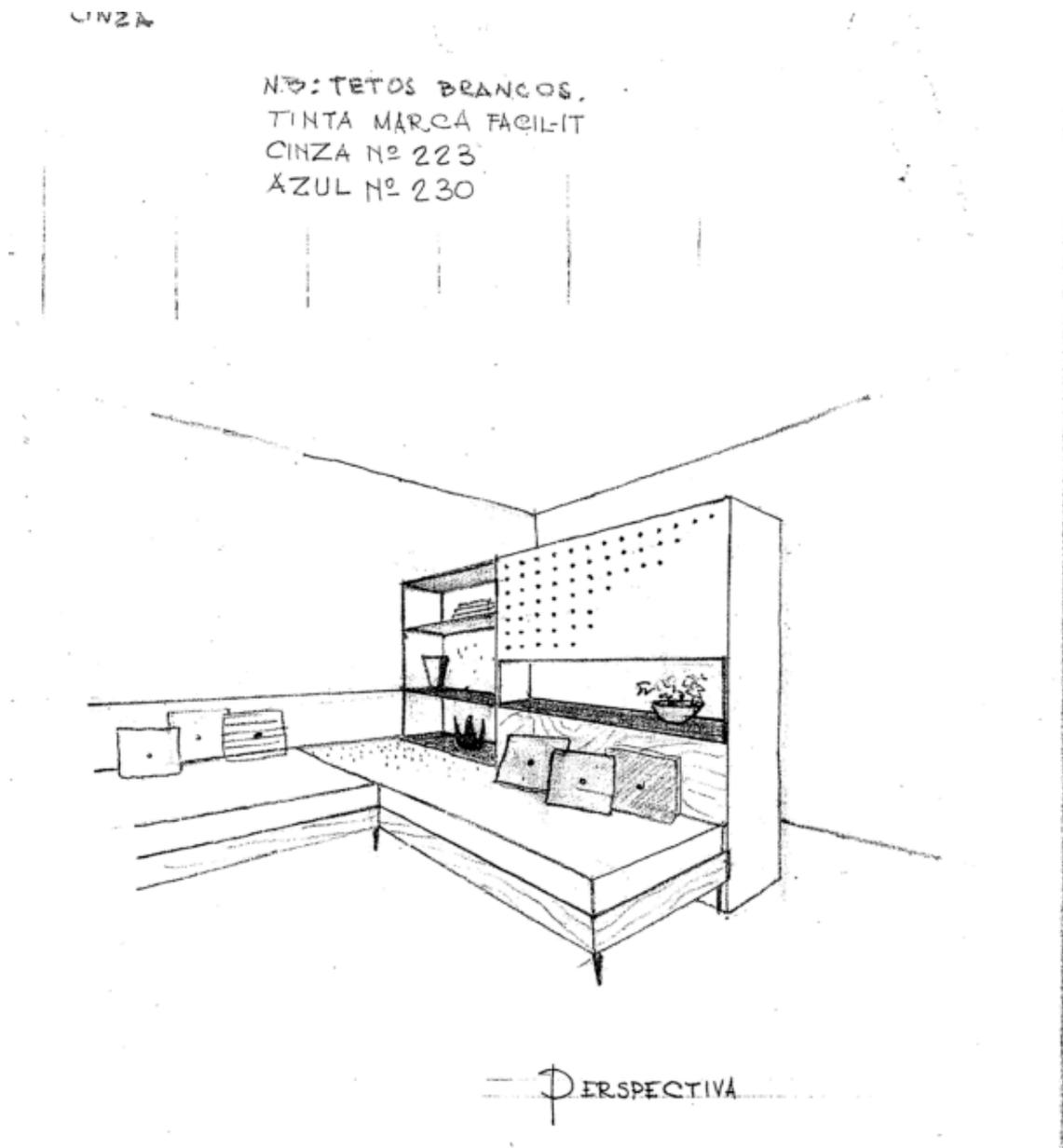


Fig. 15 Casa da Bancária- perspectiva interna - Projeto de Carlos Leão para o IAPB. Prancha do projeto localizado no INSS – Rio de Janeiro, Irajá

Entre as representações do primeiro projeto e o feminismo recatado do discurso católico ao qual corresponde o projeto do conjunto da Casa da Bancária, o fato foi que as mulheres, ao mesmo tempo em que eram convocadas a integrar o mercado de trabalho em expansão tiveram que lutar para alcançar o mesmo os

mesmos direitos dos homens na sociedade da época. A luta feminista no Brasil foi responsável pelas conquistas dos direitos da mulher na constituição de 1934. Garantindo entre outras coisas, o direito ao voto, a licença maternidade remunerada, a equiparação salarial com os homens, o direito de disputar as funções públicas. Basta lembrar que ainda nos anos de 1920 a mulher deveria ser autorizada pelo marido para poder trabalhar fora de casa. Estas conquistas foram frutos da organização política capitaneada por Bertha Lutz, que em 1922 fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino e colocou na pauta da Constituinte de 1933 um conjunto de reivindicações de gênero. (BESSE, 1999, p. 189)

Carmem Portinho, feminista atuante, que chefiou o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Rio de Janeiro dá o seu depoimento à Vera Rita da Costa sobre a luta das mulheres naqueles anos.

"Naquele tempo, apesar de jovem, já era feminista. Pertencia a entidades feministas, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e já lutava pelo direito de voto. Também havia fundado a União Universitária Feminina junto com a Berta Lutz. Nós milhávamos (sic) muito pelos direitos políticos e civis das mulheres. (...)

Nas décadas de 20 e 30, eram poucas as mulheres que se formavam na universidade, mas esse número já começava a aumentar. Então, resolvemos fundar a União Universitária Feminina, para incentivar e ajudar as mulheres que se formavam. A associação foi fundada em 13 de janeiro de 1929, na minha casa, e de seu início participou também a Berta Lutz. Estavam presentes: Maria Esther Ramalho, Sylvia Vaccani, Natércia Silveira, Ormind Bastos, Luiza e Amélia Sapienza, além de outras mulheres que agora não recordo o nome."

(Ciência Hoje, publicado em novembro de 1995 disponível em

<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis>)

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho mais do que um avanço do movimento feminista no Brasil, representou a ampliação da oferta de mão de obra necessária para o desenvolvimento e para a modernização do país, num momento de grande expansão da oferta de trabalho principalmente nos setores do comércio e dos serviços. (BESSE, 1999, p. 220) Entretanto a superação das diversas formas de arcaísmo em nossa sociedade, as lutas sociais e as lutas de gênero, foram uma causa

na qual os profissionais se envolveram e embora os resultados alcançados tenham sido sempre modestos perto das expectativas originais, certamente sem ela teríamos uma realidade muito pior do que a que herdamos dos notáveis personagens desta nossa história.

Bibliografia

ABOY, Rosa. Viviedas para el pueblo: Espacio urbano y sociabilidad en el barrio Los Perales. 1946-1955. Buenos Aires: Universidad de San Andrés/ Fondo de Cultura Económica, 2005.

ACRÓPOLE. Edifício em Ribeirão Preto. Acrópole, fevereiro de 1958.

ANDRADE, Geraldo Edson e PORTINHO, Carmem. Por toda a minha vida. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999.

AZEVEDO, Nara e FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. Cadernos Pagu (27), jul.-dez. 2006, pp 213-254. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 03/05/2010.

BESSE, Susan Kent. Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914- 1940. São Paulo, Edusp, 1999.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo, FAPESP, Estação Liberdade, 1998.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1991.

COSTA, Vera Rita da. Entrevista com Carmem Portinho para o periódico Ciência Hoje, publicada em novembro de 1995. Disponível em <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis>. Acesso em 06/07/2010

CPDOC-FGV Carlos Leão. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias>. Acesso em 08/07/2010.

CZAJKOWSKI. Documento Carlos Leão ARQUITETURA E URBANISMO.. AU 48 jun/jul 1993 p.69-80.

DIAS, J. L. M. e Ferreira, M. M. (coord). O BNDES e o Plano de Metas. CPDOC, FGV-RJ, 1996. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/Publicacoes>. Acesso em 05/07/2010.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. Estado, previdência social e habitação. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1983.

FAUSTO, Boris. História do Brasil (1994). São Paulo, Edusp, 2009.

GALVÃO CHAVES, Carolina M. Edifício Residencial Presidente João Pessoa e Edifício Caricé. João Pessoa e o Desafio das Habitações Multifamiliares.. In: 1

DOCOMOMO Norte e Nordeste, 2006, Recife / PE. Arquitetura e Urbanismo Modernos no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade, 2006. v. 01.

GIEDION, Sigfried. Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição (1941). Martins Fontes, São Paulo, 2004.

GORELIK, Adrián O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte, Autentica, 1999.

LEMOS, Carlos Cozinhas, etc. São Paulo, Perspectiva, 1976

LEMOS, Carlos Alvenaria Burguesa, São Paulo, Nobel, 1985.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino In In SEVCENCO, Nicolau (org.) Da belle époque à era do rádio. In NOVAIS, Fernando A. (coord.) História da Vida Privada no Brasil. Vol3, São Paulo, companhia das Letras 1998. pp. 367 a 421.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites de privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In SEVCENCO, Nicolau (org.) Da belle époque à era do rádio. In NOVAIS, Fernando A. (coord.) História da Vida Privada no Brasil. Vol3, São Paulo, companhia das Letras 1998. pp. 131 a 214

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade, Estado e tradição. In GUERRA, Abilio (org) textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira_parte 1. Editora Romano Guerra, São Paulo, 2010 pp. 279 a 297.

NOBRE, Ana Luiza. Carmem Portinho: o moderno em construção. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1999.

REVISTA DO BANCÁRIOS. A futura sede do IAPB em João Pessoa. Revista dos Bancários, jan.-fev. 1958 pp 16 a 21.

REVISTA DO BANCÁRIOS. Bancárias ganham sua casa. Revista dos Bancários agosto-outubro, 1958, pp. 21-5.